

1 **ATA DA 466ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA TREZE DE SETEMBRO**
3 **DE DOIS MIL E DEZOITO, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às catorze horas, no Auditório da AMMVI,
5 em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima sexagésima sexta Assembleia Geral Ordinária da
6 Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade
7 e prefeito de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann, e secretariada por mim, Giovana Peron.
8 A assembleia contou com a presença do senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de
9 Apiúna; senhor Lairton Antônio Possamai, prefeito do município de Ascurra; senhor Jean Michel
10 Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; senhor Mário Hildebrandt, prefeito do
11 município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; senhora
12 Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; senhor Kleber Edson Wan-
13 Dall, prefeito do município de Gaspar, senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba;
14 senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; senhor Ércio Kriek, prefeito do município
15 de Pomerode; senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; senhor Jorge Augusto
16 Krüger, prefeito do município de Timbó; senhor José Rafael Corrêa, secretário executivo da AMMVI,
17 além de demais interessados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o
18 presidente agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início à reunião. Em
19 seguida, destacou a Ordem do Dia, composta da seguinte forma: 1 – Leitura e votação da ata da
20 assembleia anterior; 2 – Colegiado de Tributação - diagnóstico e proposição de ações; 3 – Instância
21 de Governança Regional do Turismo Vale Europeu; 4 – Sistema Integrado de Gestão (SIG) do
22 Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC); 5 – Eleições 2018; 6 – 50 anos da AMMVI; 7 – Assuntos
23 gerais. Na sequência, o presidente apresentou o item um, confirmou o recebimento antecipado da ata
24 pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio eletrônico, e não havendo
25 manifestações contrárias, esta foi aprovada por unanimidade. Passando ao item dois, com a palavra,
26 o senhor José Rafael Corrêa informou que os prefeitos definiram como prioridade trabalhar a questão
27 da tributação para este ano, e então se iniciou um Grupo de Trabalho (GT) acerca do tema, bem como
28 se reativou o Colegiado de Tributação da AMMVI, com oficialização de um calendário de reuniões.
29 Comentou que, de início, montou-se um diagnóstico com estrutura de pessoal e equipamentos,
30 legislações, softwares e dados, onde verificaram-se as dificuldades de cada prefeitura nestes quesitos.
31 Resolveu-se ainda trabalhar de uma forma estruturada, com Grupos de Trabalho (GTs) específicos
32 para assuntos relacionados ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto
33 Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), e foi montado
34 um calendário de ações para o ano, com algumas reuniões já realizadas. Na sequência, passou a
35 palavra ao senhor Evandro Assis Müller, auditor fiscal da prefeitura de Blumenau, que cumprimentou
36 a todos e salientou a importância deste trabalho realizado, que já foi feito também no início dos anos
37 dois mil, e conseguiu-se atualizar as legislações municipais em conversas entre os setores de
38 tributação de todos os municípios. No ano passado retomou-se a ideia de ações nesta área, e este ano
39 as discussões iniciaram efetivamente, em que foi feito o levantamento das dificuldades e da estrutura
40 nos municípios da região para verificar que melhorias podem ser aplicadas e quais as prioridades
41 dentro de cada temática dos GTs específicos. Comentou que ficaram definidas áreas prioritárias,
42 como ISSQN e Simples Nacional, e que se busca igualar os procedimentos nos municípios da região.
43 Salientou também a importância do grupo discutir a queda dos recursos transferidos para a região, e
44 que se deve buscar outras fontes de recursos, pois as despesas têm crescido devido aos municípios
45 assumirem compromissos do Estado e da União. Enfatizou que deve-se apoiar a estrutura dos
46 municípios, para que se possa melhorar a arrecadação, e comentou que deve haver troca de
47 informações entre os municípios, pois estas discussões podem trazer retornos positivos. Abordou o
48 que foi discutido sobre ISSQN e IPTU, informou que ainda será discutida a questão de dívida ativa.

49 taxas e tarifas, e que a partir de agora se iniciará a parte prática do que é discutido nos GTs,
50 principalmente no que tange o Simples Nacional, bancos e construção civil em relação ao ISSQN e,
51 posteriormente, ao IPTU. Solicitou, então, apoio dos prefeitos para disponibilizarem o pessoal da
52 equipe técnica da área de tributação para participar das discussões, visando enriquecer a troca de
53 experiências e trazer ganhos a todos os municípios. Na sequência, tomou a palavra o senhor
54 Guilherme Boeing Ouriques, diretor geral do setor de Tributação da prefeitura de Brusque,
55 informando que este grupo de estudos no campo da tributação é muito importante para os servidores
56 dessa área, pois a troca de experiências é fundamental, e que a AMMVI proporciona estes diálogos.
57 Reforçou ainda a questão da receita própria dos municípios, que se deve aprimorar as cobranças do
58 ISSQN, IPTU e ITBI, e buscar os recursos que são devidos pelos contribuintes, pois a porcentagem
59 repassada pelo Estado e pela União tende a diminuir com o passar do tempo. Por fim, citou que o
60 grupo vai buscar capacitação e união entre os municípios da região. Tomando a palavra novamente,
61 o senhor José Rafael Corrêa ressaltou a criação dos GTs dentro do Colegiado de Tributação, onde
62 serão abordados os temas do Simples Nacional, bancos, construção civil e IPTU e que, inclusive, será
63 estudada a criação de uma campanha de incentivo ao pedido de notas fiscais, pois isto influencia na
64 arrecadação municipal. Também citou que, conforme tratado com a Diretoria Executiva da AMMVI,
65 pretende-se contratar um profissional, a partir de novembro, para auxiliar nesta questão tributária,
66 inclusive visitando os municípios, citando que isto envolve uma parceria entre o Colegiado de
67 Tributação e o Colegiado de Secretários da Fazenda, pois este trabalho é muito importante para
68 melhorar a arrecadação municipal, principalmente pelo risco da retirada do ISSQN dos municípios
69 para implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Tomando a palavra, o prefeito Mário
70 Hildebrandt comentou que esta questão do IVA precisa ser bem explicada para que se haja debate e
71 se possa defender os interesses dos municípios, e que as associações de municípios, juntamente com
72 a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), também discutam sobre isso com os prefeitos. Sobre
73 a campanha de incentivo, sugeriu que esta ação fosse feita pela AMMVI em nome de todos os
74 municípios, e que fosse algo interessante aos munícipes, que inclusive divulgue o que há de bom nos
75 municípios, como pontos turísticos, por exemplo. Sugeriu implantar também a campanha do Cadastro
76 de Pessoas Físicas (CPF) nas notas fiscais, como ocorre em São Paulo, pois gera vinculação e cria-se
77 uma cultura do pedido e do uso das notas fiscais, trazendo retorno para os municípios. Com a palavra
78 novamente, o senhor José Rafael Corrêa salientou que este trabalho gerará algumas demandas para
79 as prefeituras, pois algumas legislações precisarão ser alteradas, a estrutura de pessoal aprimorada
80 com capacitações e possíveis contratações e, com base nisto, buscar o retorno financeiro para os
81 municípios, por isso o apoio dos prefeitos é fundamental. Tomando a palavra, o senhor Paulo Eduardo
82 de Oliveira Costa, secretário de Gestão Governamental da prefeitura de Blumenau, argumentou que
83 há um debate com os candidatos à presidência que forem ao segundo turno previsto para ser realizado
84 em outubro, em que um dos pontos da pauta é a reforma tributária, e o IVA está incluso. Citou ainda
85 ser importante que o Colegiado alinhe esta questão com a Confederação Nacional de Municípios
86 (CNM), pois haverá um momento de discussão com os presidentes para argumentar sobre o que
87 auxilia os municípios, e que esta e outras questões podem entrar em votação ainda neste ano na
88 Câmara dos Deputados devido à transição de governo. Tomando a palavra, o prefeito André Luiz
89 Moser disse que o IVA é mais uma forma de concentração dos recursos dos municípios na União,
90 então deve-se cobrar da frente parlamentar catarinense que se posicione contra este imposto,
91 envolvendo inclusive a Fecam e a CNM. Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa citou a Lei
92 Kandir, que na época de criação também foi apresentada como algo vantajoso, pois os municípios
93 seriam compensados mas, na verdade, acabou diminuindo a arrecadação, visto que os recursos
94 repassados são baixos. O senhor Evandro Assis Müller complementou citando a estimativa de perda
95 de receita que o município de Blumenau teria com a criação do IVA, que seria feita compensação
96 com o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e com o Imposto sobre a

97 Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), porém seria feito em forma de repasse, então os
98 municípios ficariam dependentes do Estado para conseguir estes recursos, o que é preocupante. O
99 senhor José Rafael Corrêa comentou sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR),
00 que também será trabalhado no GT, e a necessidade de se fazer as comparações de arrecadação entre
01 os impostos. Falou ainda que será trabalhada a planta genérica de valores para poder avançar as
02 discussões presentes em alguns municípios, e também será levado em consideração e discutido o
03 Programa Saúde Fiscal, do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Tomando a palavra, o
04 prefeito Jean Michel Grundmann agradeceu ao Colegiado pelo empenho destinado às discussões,
05 citou que já se evoluiu muito, mas que ainda deve-se trabalhar nos municípios para garantir as receitas
06 próprias. Também solicitou que se acompanhe de perto a questão do IVA, e colocou os prefeitos à
07 disposição. Na sequência, passou a palavra à senhora Maria Angélica Faggiani, secretária da Fazenda
08 e Administração da prefeitura de Timbó, que comentou que uma correta gestão dos serviços públicos
09 exige recursos, e que as reuniões que têm sido realizadas na AMMVI visam encontrar uma maneira
10 de aumentar a arrecadação. Citou que a Associação sempre trabalhou a questão das despesas, registros
11 contábeis e que há um tempo se fomenta a troca de experiências entre os municípios no que tange a
12 arrecadação municipal. Comentou ainda sobre os programas abertos pela União com repasse de
13 recurso aos municípios, onde se institui uma estrutura física e de pessoal e os repasses são
14 insuficientes ou não acontecem. Sobre a questão tributária, citou que foi solicitado que a AMMVI
15 tomasse frente para criar um colegiado de auditores fiscais, visando assim aumentar a arrecadação
16 sem criar novos tributos, trabalhando com o que já se tem disponível, investindo em auditores fiscais
17 para intensificar as cobranças, melhorando a cobrança da dívida ativa e do ITBI, pois é desta forma
18 que vai ser possível alcançar resultados positivos. Citou também os casos das contribuições de
19 melhoria, que não são muito utilizadas em virtude do alto índice de impugnação. Tomando a palavra,
20 o prefeito Ércio Kriek questionou se a cobrança da contribuição de melhoria é facultativa ou
21 obrigatória, e a senhora Maria Angélica Faggiani informou que, quando a obra é feita com recursos
22 municipais, é um tributo obrigatório, só não pode ser cobrado quando a obra é feita com recursos de
23 emendas parlamentares ou convênios com a União. Citou ainda que é necessário ter uma legislação
24 específica para cada rua para poder efetuar a cobrança e que, em Timbó, é feita licitação para
25 avaliação dos imóveis. Salientou que o valor da avaliação pode ser questionado por um advogado em
26 uma ação, sendo necessário apresentar resposta ao questionamento. Citou a realização de mutirão
27 como uma saída para este problema, desde que feitos todos os procedimentos de publicação
28 corretamente, e que as obras que são feitas por operação de crédito também são cobradas. Por fim,
29 agradeceu pela atenção e se colocou à disposição dos prefeitos. Dando continuidade aos trabalhos,
30 no item três da pauta, o prefeito Jean Michel Grundmann comentou sobre o início dos trabalhos da
31 Instância de Governança Regional do Turismo Vale Europeu, que pretende-se estruturá-la a fim de
32 obter recursos junto ao Ministério do Turismo (MTur) e, em seguida, passou a palavra à senhora
33 Cíntia Mara Michelli Panini, chefe da Divisão de Cultura e Turismo da prefeitura de Benedito Novo
34 e presidente da referida Instância. Ela explanou acerca da atuação e competências da instância, seus
35 membros, bem como apresentou o histórico de atividades do grupo. Comentou ainda que a Secretaria
36 de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) vai promover a capacitação das Instâncias das doze
37 regiões turísticas do estado em forma de consultoria. Ressaltou também que todos os municípios da
38 instância devem ter a mesma visibilidade, que nas próximas semanas será dada continuidade aos
39 trabalhos do grupo e se colocou à disposição dos prefeitos. Tomando a palavra, o prefeito Jean Michel
40 Grundmann salientou que as atividades estão avançando rapidamente, principalmente por haver
41 envolvimento de membros da iniciativa privada, e que o principal desafio é a obtenção de recursos;
42 comentou inclusive acerca do evento realizado na AMMVI sobre o Prodetur + Turismo, onde um
43 representante do MTur explanou acerca das formas de financiamentos. Tomando a palavra, o senhor
44 José Rafael Corrêa informou que, além do evento, também foram feitos atendimentos individuais

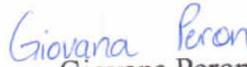
45 para sanar dúvidas, tanto de entidades públicas como da iniciativa privada, e que os valores cogitados
46 para financiamento na região estão em torno de duzentos milhões de reais (R\$ 200.000.000,00).
47 Passando ao item quatro da pauta, o senhor José Rafael Corrêa informou que há três representantes
48 da região participando das reuniões acerca do Sistema Integrado de Gestão (SIG) do Tribunal de
49 Contas de Santa Catarina (TCE/SC), e que o foco dos encontros até agora foi a apresentação do
50 sistema. Nas próximas reuniões serão discutidas as estratégias do TCE/SC para a implementação do
51 sistema, e os prefeitos demonstraram preocupação com a qualidade e o valor a ser pago pelo software.
52 Dando seguimento à pauta, no item cinco, o senhor José Rafael Corrêa informou que estão sendo
53 recebidas novas orientações, as quais estão sendo repassadas aos prefeitos, e solicitou atenção e
54 cautela ao que pode ou não ser feito neste período de eleições. Tratando do item seis, o senhor José
55 Rafael Corrêa informou que há alguns planos sendo delineados para as ações em comemoração aos
56 cinquenta anos da Associação, mas que serão abordados com mais detalhe em uma próxima
57 assembleia. Em assuntos gerais, o senhor José Rafael Corrêa tratou sobre a solicitação do Colegiado
58 de Assistência Social da AMMVI acerca do cofinanciamento na área de assistência social, em que
59 foi encaminhado ofício ao Estado e já foi recebida resposta, que inclusive será encaminhada aos
60 prefeitos posteriormente, onde é alegada a falta de recursos para repasse. Tomando a palavra, o
61 prefeito Ércio Kriek sugeriu que, referente ao ofício que foi recebido anteriormente acerca dos
62 repasses de convênios que o Estado não efetuou, em que alegaram não possuir recursos para
63 pagamento dos convênios já firmados, deveria ser feito novo ofício cobrando esta questão, pois o
64 compromisso foi assumido pelo Estado, se o convênio foi firmado é porque havia recursos
65 disponíveis. O presidente colocou em apreciação se deveria ser enviado novo ofício ao Estado
66 cobrando estes valores e, após deliberação, todos os prefeitos concordaram, e o senhor José Rafael
67 Corrêa então informou que será encaminhado novo ofício de cobrança. Em seguida, tratou do ofício
68 encaminhado à Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE), em que foi solicitado cópia dos projetos
69 de obras em rodovias que passam pelos municípios da região, informando que estes foram
70 encaminhados pela SIE nesta semana, cujo documento cita algumas das obras apresentadas. Ressaltou
71 que será encaminhada cópia do ofício aos prefeitos e que os projetos estarão disponíveis na Assessoria
72 de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da AMMVI. O senhor José Rafael Corrêa
73 comentou que encaminhou a proposta de alteração da grade curricular da pós-graduação em Gestão
74 Pública a ser oferecida pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e que a entidade se manifestou
75 informando que precisa de aprovação do Conselho Superior da instituição. Em breve darão
76 continuidade às tratativas com a Associação e, dependendo dos prazos, o curso poderá ser ofertado a
77 partir de abril do ano que vem. Em seguida, abordou sobre o Programa de Regularização Fundiária
78 (Reurb), em que foi repassado material aos prefeitos. Segundo o secretário, há vários modelos de
79 decretos e regulamentações e há preocupação em saber se haverá uma equipe disponível para auxiliar
80 os municípios. Com a palavra, o prefeito José Gerson Gonçalves destacou que uma entidade não
81 necessariamente precisa do auxílio da prefeitura para implantar o Reurb, mas que a partir do momento
82 que se iniciar o trabalho, o município precisará de informações técnicas para poder esclarecer
83 eventuais dúvidas da população, então é necessário se preparar tecnicamente. O senhor José Rafael
84 Corrêa informou que o Estado colocou uma equipe com cinco pessoas à disposição para auxiliar nesta
85 área e que a Associação buscará mais informações acerca desta questão para elucidar os prefeitos.
86 Nada mais havendo a tratar, o presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença
87 de todos. E para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será
88 assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3381-5800
ammvi.org.br


Jean Michel Grundmann
Presidente
Prefeito de Benedito Novo


José Rafael Corrêa
Secretário Executivo


Giovana Peron
Secretária Executiva